

Mural da Educação



Maio de 2014

GREVE HISTÓRICA

Continuamos em Estado de greve e vigilantes

Milhares foram às ruas defender a Educação no dia 29 de abril. Um número ainda maior aderiu a nossa greve deflagrada em dia 23 de abril. Foi um movimento imenso, que fez brotar sentimentos, expor conflitos, diferenças e concordâncias. No dia 29, a maioria dos presentes em Assembleia decidiu por suspender a greve. Estamos em estado de greve. Estamos, também, em permanente monitoramento das ações do governo, em especial no que diz respeito ao cumprimento dos prazos nas negociações.

Infelizmente uma minoria, desrespeitando o processo legítimo da Assembleia, tem se manifestado contrário ao seu resultado. A APP-Sindicato respeita o direito das pessoas de se manifestarem, mas não pode compactuar com inverdades, boatos infundados e má fé. Todo o processo vitorioso de mobilização antes e durante a greve, o ato político e caminhada histórica do dia 29, assim como a Assembleia, foram amplamente discutidos, refletidos e aprovados pela maioria da categoria, não só na Assembleia, mas em outros momentos.

Pode haver discordâncias sobre uma ou outra situação, mas jamais o processo pode ser desrespeitado e deslegitimado como alguns grupos tentam explicitar. A direção da APP conduziu todo o processo com postura de respeito democrático às opiniões, mas, acima de tudo, de respeito a verdade que esperamos seja reestabelecida por aqueles que agora fazem apologia ao derrotismo.



Foto: Jaka Marunga



Foto: Francielli Camilo

Proposta traz, sim, avanços. Saiba quais

O governo não nos deu nada. Nossa categoria conquistou, a duras penas, cada item que consta na proposta apresentada. É tudo o que precisamos? Claro que não. Mas, ao menos, é o início do desenrolar da nossa pauta, que contém 51 itens. Durante a greve, elegemos 14 temas como prioritários. Deste número, conseguimos avançar em vários. E é importantíssimo lembrarmos que até antes da grande mobilização de 19 de março, o governo sequer queria iniciar a negociação com a APP-Sindicato. Durante os sete dias de greve, e nas quatro rodadas da negociação, chegamos a seguinte proposta:

• **33% de Hora-atividade** – Foi a grande queda de braço. A APP foi à exaustão no debate e a primeira proposta era: nada. O sindicato reiterou a pauta e o governo reconheceu a dívida de uma hora-aula atividade a mais aos (às) professores(as). Pagamento, em dinheiro, do valor correspondente será efetuado em agosto. E implementação definitiva na distribuição de aulas em dezembro de 2014.

• **Corte do auxílio-transporte** – Serão suspensos os cortes do auxílio-transporte seja em virtude da licença médica ou outras licenças. Sobre os descontos efetuados, o sindicato voltará ao tema nas negociações com a Secretaria de Estado da Educação.

• **Piso Nacional** – O valor NOMINAL do Piso, que é **R\$ 1.697,39** para uma jornada de 40 horas, será alcançado (em virtude da última parcela da equiparação feita ano passado) com a aplicação da data-base (prevista em 6,5%). No Paraná, o Piso inicial para 40 horas

será de **R\$ 1.734,84**. A categoria exigia, no mínimo, os 8,32% determinados pelo MEC. Agora, a APP pretende continuar a luta, mesmo que judicialmente, pelos 1,82% que faltam para alcançar o índice. Na Justiça, a APP também cobra o retroativo destes e dos demais anos.

• **Reajuste real para os(as) funcionários(as)** – Haverá o pagamento da data-base de 6,5% em maio e mais: elevação do auxílio-transporte dos(as) funcionários(as) ao patamar do que recebe um(a) professor(a) por 20 horas, isto é, cerca de R\$ 90,00 a mais neste benefício (reajuste de 36% no Auxílio pago hoje). Também haverá o encaminhamento, junto com a Lei da Data-base, da garantia de que nenhum(a) funcionário(a) público(a) tenha o salário-base inferior ao valor do Salário Mínimo Regional. Este item alcança, em parte, os funcionários PSS, CLAD e ParanáEducação.

• **Calendário do pagamento de avanços em atraso** – Em três momentos: em junho, em agosto e em novembro.

• **Nova oferta do Cargo de 40 horas** - Não havia proposta sobre a dobra. Na negociação, a direção da APP conseguiu que, no prazo de 20 dias, saia resolução nomeando os integrantes de uma comissão que estudará a viabilidade da implantação da segunda etapa da dobra de padrão.

• **Pagamento do PSS pela maior formação e tempo de serviço** – O sindicato fez o governo compreender a

proposta e vai alterar a Lei 108/2005 - que dispõe sobre a contratação dos(as) trabalhadores(as) da educação temporários(as) - para pagar pela titulação: graduação e especialização. Também será enviada à Assembleia Legislativa do Paraná uma alteração da Lei 103/2004 (Plano de Carreira do Magistério) para que a contagem do tempo de serviço enquanto PSS e S100, quando este(a) educador(a) for aprovado em concurso, seja considerado de imediato para a promoção na carreira.

• **Novo modelo de atendimento à saúde** – Será publicado, em maio, um decreto do governador para a instituição para a comissão que debaterá um novo modelo de atendimento à saúde. A proposta será nos moldes defendidos pela APP e pelo Fórum das Entidades Sindicais (FES), entre outras coisas, um modelo descentralizado, com credenciamento de clínicas e hospitais etc.

• **Hora-aula para a Educação Especial** – A APP realizará um seminário com o segmento da Educação Especial. Em maio, será instituída a comissão que debaterá a implementação da hora-aula para a Educação Especial, uma pauta que continuava travada no governo. Vale lembrar que a hora-atividade será para todos(as).

• **Temas que serão tratados na próxima reunião com a Seed** – O enquadramento dos(as) aposentados(as) no Nível II da carreira, EJA, porte das escolas, concursos públicos e fim do desmonte pedagógico serão temas debatidos na próxima reunião entre APP e Secretaria de Educação nos próximos 20 dias.